

Seção: Políticas Públicas | Artigo original | DOI: 10.35700/eja.2021.ano10n18.p71-84.3262

Retrato, memória e história: a transformação da vida após a EJA – EPT

Portrait, memory and history: the transformation of life after EJA – EPT

Retrato, memoria e historia: la transformación de la vida después del EJA – EPT

Karin Tyeko Anami

*Mestranda do ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
Instituto Federal Catarinense – IFC
E-mail: tyekoanami@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6130-1072>*

Fátima Peres Zago de Oliveira

*Doutora em Educação Científica e Tecnológica (UFSC)
Professora titular do Instituto Federal Catarinense (IFC)
Professora do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFC
E-mail: fatima.oliveira@ifc.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9114-8611>*

RESUMO

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), conhecido atualmente por Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA – EPT), tem por finalidade oportunizar a conclusão da educação básica em conjunto com uma qualificação e/ou formação profissional para todos e todas que não seguiram os estudos na linearidade, ou seja, para aqueles que desistiram ou não tiveram acesso à escola. Desse modo, os alunos da educação de jovens e adultos possuem um perfil diferenciado em termos de capital cultural e social, assim como em relação às trajetórias que vivenciaram. Este texto tem como objetivo apresentar uma narrativa que reflete os desafios e as dificuldades do retorno ao estudo de uma egressa da EJA – EPT do câmpus Rio do Sul, do Instituto Federal Catarinense (IFC), partindo da sua história, sua memória e retratos com diálogos e contribuições de autores como Freire (1967), Giddens (2003) e Bourdieu (1993, 1996, 2016). A metodologia usada foi a qualitativa, por meio de um texto narrativo, a partir de uma entrevista com uma aluna egressa do PROEJA/EJA – EPT – câmpus Rio do Sul, do ano de 2006, fruto da pesquisa de dissertação intitulada

"Cenários e bastidores da implantação do PROEJA no Instituto Federal Catarinense". Concluimos que essa modalidade de ensino exige políticas públicas bem distribuídas e um currículo diferenciado, pela pluralidade de identidades.

Palavras-chave: EJA – EPT. Narrativa. Políticas públicas.

ABSTRACT

The National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Modality of Youth and Adults Education (PROEJA) currently known as Youth and Adult Education integrated to Professional and Technological Education (EJA – EPT) aims to provide the conclusion of basic education together with a qualification and/or professional training for all those who could not follow their studies in linearity, that is, for those who gave up or did not have access to school. Thus, students of youth and adults education have a distinctive profile in terms of cultural and social capital as well as the trajectories experienced. This article aims to present a narrative that reflects the challenges and difficulties of an EJA former student from the Federal Institute of Santa Catarina (IFC), Rio do Sul Campus, retaking her studies, based on her history, memory and portraits with dialogues and contributions of authors such as Freire (1987, 1967), Giddens (2003) and Bourdieu (1993, 1996, 2016). For this qualitative research a narrative approach was adopted and an interview was carried out with a student who graduated from PROEJA/EJA – EPT – Campus Rio do Sul, in 2006. We conclude that this type of teaching requires well-distributed public policies as well as a distinctive curriculum considering the plurality of identities.

Keywords: EJA – EPT. Narrative. Public policy.

RESUMEN

El Programa Nacional para la Integración de la Educación Profesional con la Educación Básica en la Modalidad de Jóvenes y Adultos (PROEJA) actualmente conocido como Educación de Jóvenes y Adultos integrada a la Educación Profesional y Tecnológica (EJA – EPT) tiene como objetivo proporcionar la conclusión de la educación básica junto con una calificación y/o formación profesional para todas y todos los que no siguieron los estudios en linealidad, es decir, para aquellos que renunciaron o no tuvieron acceso a la escuela. Así, los estudiantes de educación juvenil y de adultos tienen un perfil diferenciado en cuanto al capital cultural y social, así como las trayectorias vividas. Este artículo tiene como objetivo presentar una narrativa que refleja los desafíos y dificultades del regreso al estudio de una egresa de la EJA – EPT del Campus de Rio do Sul del Instituto Federal de Santa Catarina (IFC) a partir de su historia, memoria y retratos con diálogos y contribuciones de autores como Freire (1987, 1967), Giddens (2003) y Bourdieu (1993, 1996, 2016). La metodología utilizada fue cualitativa, a través de un texto narrativo de una entrevista a una alumna egresada del PROEJA / EJA – EPT – Campus Rio do Sul, en 2006, resultado de la investigación de la tesis "Escenarios y backstage de la implementación del PROEJA en el Instituto Federal Catarinense". Concluimos que este tipo de enseñanza requiere políticas públicas bien distribuidas, así como un currículo diferenciado por la pluralidad de identidades.

Palabras clave: EJA – EPT. Narrativa. Política pública.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os desafios e dificuldades do retorno ao estudo de uma egressa da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA – EPT) do câmpus Rio do Sul do Instituto Federal Catarinense (IFC), em diálogo com autores como Freire (1967), Giddens (2003) e Bourdieu (1993, 1996, 2016). Para a execução deste trabalho, foram analisadas narrativas obtidas em uma entrevista realizada em outubro de 2020 com a Sra. EG., egressa da turma de 2006 do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), residente em uma região do Alto Vale do Itajaí.

Tencionamos destacar a trajetória social da educação de jovens e adultos (EJA), a significativa mudança na vida desses sujeitos egressos a partir da retomada de seus estudos e a ampliação dos saberes existentes obtidos no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a PROEJA, que faz parte da EJA – EPT.

Dessa forma, o texto que segue foi dividido em cinco partes: iniciamos trazendo aspectos da EJA no Brasil; em seguida, destacamos a origem do câmpus Rio do Sul e sua estrutura; na terceira parte, detalhamos a metodologia utilizada para desenvolver esse estudo; na quarta parte, tecemos os retratos e as memórias da vida de uma egressa após a EJA – EPT e, finalmente, passamos para as considerações finais.

2 SOBRE A EJA – EPT

A EJA é uma alternativa educacional da rede pública e privada no Brasil que possui como prerrogativa desenvolver o ensino fundamental e médio com eficácia para pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar a escola, ou nela permanecer, na infância e/ou juventude. Os alunos da EJA são geralmente trabalhadores, empregados ou desempregados, que não tiveram acesso ou possibilidades de frequentar a escola e sempre estiveram em situações desfavoráveis em relação a outros grupos privilegiados no sentido cultural, social e financeiro. Por meio da EJA, o país busca resgatar os princípios da igualdade e da liberdade desses sujeitos, pois o direito à educação é um direito subjetivo, garantido na Constituição Federal e na LDB.

A realidade que circunda os educandos da EJA, ao longo dos anos, foi pontuada por incertezas e dificuldades. A EJA surgiu para qualificar os trabalhadores e para suprir a crescente demanda do setor industrial. Ressaltamos que, em 1960, Paulo Freire inspirou os principais programas de alfabetização e de educação popular no país, centrados na ética, com pedagogia progressista e libertadora para a formação de cidadãos críticos, leitores do mundo onde homens e mulheres se sentem “no” e “com” o mundo. Nos seus

argumentos, enfatizou que não existe educação fora da sociedade; os homens somente sobrevivem com o auxílio dos outros. (FREIRE, 1987).

Durante a ditadura militar, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Conforme Menezes (2001, p. 58), “a ideia do Mobaral encontra-se no contexto do regime militar no Brasil, iniciado em 1964, cujo governo passa a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada”. Ou seja, com pedagogia autoritária com roupagem democrática e que, diferentemente de Paulo Freire, a alfabetização no MOBRAL caracterizava-se pelo treinamento, concebendo o mundo como predeterminado em atendimento ao poder hegemônico (elite, burguesia, capital), sendo assim, com o fortalecimento da opressão, em que se percebe os homens e mulheres apenas “no” mundo.

Considerando o Parecer CNE/CEB 11/2000 (BRASIL, 2000), a EJA possui três funções: reparadora, equalizadora e qualificadora, representando uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e da leitura como bens sociais. Esse mesmo parecer institui que a EJA deve ser pensada como modelo pedagógico próprio e criar situações pedagógicas específicas para jovens e adultos.

Apesar desse entendimento, a EJA sempre esteve atrelada a interesses políticos, não obtendo o respaldo do Poder Público no que se refere à qualidade dos projetos propostos. Bourdieu (2016, p. 45) já mencionava “[...] não é suficiente enunciar o fato da desigualdade diante da escola, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a eliminação contínua das crianças desfavorecidas”.

Os mecanismos que determinam a eliminação de crianças desfavorecidas continuam sendo uma grande lacuna de políticas públicas específicas para a EJA, que foram, no decorrer de sua história, dependentes de iniciativas de grupos não governamentais, de grupos de intelectuais e, em alguns casos, de ações dos estados e municípios.

Já o PROEJA, agora mencionado como Educação de jovens e adultos com uma educação profissional e tecnológica (EJA – EPT), tem por finalidade oportunizar a conclusão da educação básica em conjunto com uma qualificação e/ou formação profissional para todos e todas que, de certa maneira, não seguiram os estudos na linearidade, ou seja, para aqueles que desistiram ou não tiveram acesso à escola. Inicialmente, o PROEJA foi inserido pelo Decreto 5.478/2005 e, posteriormente, ampliado pelo Decreto 5.840/2006, em termos pedagógicos e de abrangência, para toda a Rede Federal.

Destarte, o programa PROEJA (EJA – EPT) possui uma relevância indiscutível se analisarmos que, na atualidade, muitos jovens e adultos continuam com carências e lacunas em seus percursos escolares, o que representa uma fragilização do direito à educação e das oportunidades de acesso para a escolarização.

3 O CÂMPUS RIO DO SUL – IFC

O êxodo rural na década de 1970 acarretou sérios problemas econômicos e sociais nos municípios agrícolas no estado de Santa Catarina, assim como na Região do Alto Vale do Itajaí. Por meio de reivindicações das comunidades rurais da região, da Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí (Fedavi), além do importante apoio “de um grupo de empresários, que inclusive fazem doações para aquisição da área rural onde seria implantada a sede da escola” (MARCONATTO, 2009, p. 50), origina-se, então, a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul, amparada pela Lei Federal 8.670 de 30/06/1993 em seu art. 2º:

Ficam criadas as Escolas Agrotécnicas Federais de Ceres – Goiás, Codó – Maranhão, Colorado do Oeste – Rondônia, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim – Bahia, Rio do Sul e Sombrio – Santa Catarina, e São Gabriel da Cachoeira – Amazonas, subordinadas ao Ministério da Educação e do Desporto, como órgãos da administração direta. (BRASIL, 1993).

Desse modo, a recém-criada Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul (EAFRS) adotou um modelo de sistema escola-fazenda, que significa um funcionamento caracterizado por uma área de terra destinada ao desenvolvimento de projetos agropecuários, contando com escola e salas de aula que, para Menezes (2001), dá a oportunidade ao aluno de vivenciar os problemas de sua futura atividade profissional. Ademais, segundo Marconatto (2009), a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul foi:

[..] foi constituída no Sistema Escola Fazenda, desta forma a estrutura foi adequada para atender ao mesmo modelo de educação. A estrutura continua praticamente a mesma, o que leva a certa tendência da manutenção de seu princípio “Aprender a fazer, fazendo”, embora de forma tênue. Assim a EAFRS, para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, integrando a teoria à prática, disponibiliza aos alunos, as Unidades de Educação e Produção (UEP’s), em que são desenvolvidos projetos agrícolas, zootécnicos e agroindustriais. Possui área rural que congrega os seguintes laboratórios zootecnia I (animais de pequeno porte); zootecnia II (animais de médio porte); zootecnia III (animais de grande porte); agricultura I (horta e jardins); agricultura II (culturas anuais); agricultura III (culturas perenes e fruticultura); agroindústria (laticínio, abatedouro e processamento de vegetais); mecanização; gestão ambiental; produção florestal e laboratório de sementes. (MARCONATTO, 2009, p. 50).

Com a promulgação da Lei 11.892/2008, é instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Assim, a Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul (EAFRS) passou a ser incorporada ao Instituto

Federal Catarinense (IFC) com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise desta pesquisa, optamos por trabalhar de forma dialógica com a história das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões que os seres humanos fazem de si e do que pensam (MINAYO, 2014). Isso será primordial para aferirmos a influência do curso técnico, na modalidade EJA – EPT, na trajetória de vida da egressa entrevistada.

O relato escolhido se enquadra em uma metodologia qualitativa e faz parte das quatro entrevistas realizadas para a dissertação intitulada “Cenários e bastidores da implantação do PROEJA no Instituto Federal Catarinense”, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Foram realizadas quatro entrevistas com egressos dos cursos PROEJA/EJA – EPT dos câmpus de Rio do Sul e Camboriú, pertencentes ao IFC. O sujeito participante desta pesquisa foi escolhido entre os quatro participantes por ser mulher e por ter cursado a EJA – EPT com 60 anos de idade.

Pontuamos que a entrevista com a egressa da EJA – EPT – câmpus Rio do Sul, do IFC, obteve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do IFC, sob o número 3.952.323 e registro nº 1942/11. Da mesma forma, também foi aprovado o Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), conforme preconizado pela Resolução 510/16. Dessa maneira, foram assegurados à entrevistada o anonimato e o direito à desistência da participação sem prejuízo ou sanção.

Para o anonimato, usamos a sílaba “EG”, precedida do pronome de tratamento “Sra.”. A aplicação desse instrumento de pesquisa ocorreu no ano de 2020, em meados do mês de outubro, com a entrevista realizada, a princípio, de forma virtual por videochamada do Google Meet, em função do isolamento decorrente da pandemia da Covid-19. Entretanto, pela instabilidade da internet da entrevistada (internet rural), optamos pela realização e continuidade da entrevista via telefone, com a gravação do áudio devidamente autorizada pela participante.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Retratos de uma conversa

A egressa, Sra. EG, nasceu na década de 1950. Atualmente, é casada, mãe e moradora de um município do Alto Vale do Itajaí que possui menos de 3.000 habitantes.

Perdeu seus pais muito cedo e, dessa forma, precisou cuidar sozinha dos quatro irmãos. No que se refere aos seus estudos, revelou-nos: “[...] eu só estudei até a 3ª série, daí meu pai tirou a gente da escola por que a gente já sabia ler e escrever, e isso já era o máximo.” (Sra. EG).

Tal fala traz indícios de uma cultura familiar como construção da identidade exercida também pelo grupo familiar, como mencionado por Bourdieu (1998, p. 231):

A instituição do herdeiro e o efeito de destino que ela exerce- até então, atribuições exclusivas da palavra do pai ou da mãe, depositários da vontade e da autoridade de todo o grupo familiar- competem hoje igualmente à escola, cujo julgamentos e sanções podem só não confirmar com os da família, mas também contrariá-los ou opor-se a eles e contribuem de maneira decisiva para a construção da identidade.

Observa-se, nessa interlocução, que a família ainda detém o controle sobre o processo de socialização e de educação de seus filhos, mesmo que a escola, a partir do século XVIII, tenha se tornado a principal instituição responsável pela formação das crianças. Nesse sentido, Bourdieu (1998, p. 52) esclarece: “as mesmas condições objetivas que definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar reagem também a atitude das crianças diante dessas mesmas escolhas, e consequentemente, toda a sua atitude com relação à escola”.

Por ser a criança considerada um ser imaturo e incompleto, suas necessidades não são apenas um ambiente seguro e afetuoso, mas consideramos essencial a presença constante de um adulto ao seu redor. Desse modo, quando não estavam sob os olhares dos professores, as crianças deveriam estar sob a tutela de adultos, ou seja, da família. Dando prosseguimento à narrativa, Sra. EG revelou seu desejo de continuar no caminho da aprendizagem:

[...] em Cidade/SC eu fui obrigada a fazer um curso porque eu era cabeleireira, trabalhava na área de estética. Eu tinha que ter um segundo grau. Então eu paguei para uma escola, mas eu não estudei nada. **Eu não aprendi nada, a gente ganhava umas colas eu ia lá e passava...** Eu precisava do segundo grau, no meu caso, não ia para uma faculdade...Davam um jeito para ti passava e pronto. (Sra. EG, grifo nosso).

Nesse excerto, ficou explícito o quão importante era para a Sra. EG, naquele momento, o certificado de conclusão do segundo grau adquirido na forma de uma mercadoria, sem o devido aprendizado. O certificado toma um lugar representativo, porém camufla o direito de acesso ao conhecimento, e isso significa que não garante as aspirações proporcionadas e os retornos materiais e simbólicos.

Para Bourdieu (1993, p. 483), “[...] estudantes de famílias das classes populares, estarão condenados a uma ‘exclusão’, sem dúvida, mais estigmatizante que no passado: mais estigmatizante na medida em que tiveram, na aparência, ‘suas chances’”. O sociólogo ainda rebate: “Os alunos ou estudantes de famílias mais desprovidas culturalmente tem todas as chances de obter, ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com pesados sacrifícios, um diploma desvalorizado [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 231).

Para a Sra. EG, um diploma desvalorizado não abalou seu desejo de adquirir conhecimentos. Assim, retornar para um recomeço em sua cidade natal poderia ser uma oportunidade com possibilidades de trabalho e melhoria na qualidade de vida:

Toda a minha vida foi muito difícil ... eu fui calçar eu tinha 9 anos de idade...foi aí que coloquei um calçado nos meus pés pela primeira vez, né? Nós éramos muitos simples, mas meu pai sempre falava que não éramos pobres ... nós tínhamos comida, diversão ... fomos para a cidade, e a cidade é uma prisão né? Eu sempre quis voltar para a minha Terra Natal... Quando a gente chegou aqui havia um recomeço para a gente, eu saí muito pequena, com 9 anos. Né? E retornar depois de tantos anos depois.... não sabia como fazer, se ia plantar e tudo mais. (Sra. EG, 2020).

Com o sonho realizado de voltar às origens e de (re)começar, surgiram as dúvidas de como cuidar da terra e do que plantar e esses questionamentos fizeram tanto a Sra. EG como o seu companheiro decidirem na retomada dos estudos.

Frisamos que, tratando-se da EJA, as histórias de vida dos discentes são muito parecidas, repletas de dificuldades, da falta de oportunidades seguida da iniciação precoce no trabalho, ainda na fase pueril. E, inserida neste processo, em meio aos obstáculos, permanece firme a vontade de seguir na escolarização e aprendizado, mesmo que na idade madura. Freire (1967) já afirmava que é a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, que se vai dominando a realidade.

Na continuidade do relato, a Sra. EG mencionou a importância do curso na modalidade de jovens e adultos PROEJA (EJA – EPT), exemplificando a perfeição do ciclo da vida, aprendizado que adquiriu no curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária, do câmpus Rio do Sul:

Daí eu fui para o proeja e foi muito importante. Uma coisa foi chamando a outra, da cultura local, para saber essas coisas do remédio naturais dos animais para a gente, os cuidados que tem que ter toda a rede da agroecologia para que não se corte o ciclo, que tem que cuidar dos bichos do mato e deixar que vivam, que tem a aranha para comer o mosquito, que tem o gambá para comer as cobras e assim por diante. E como todos são importantes”. (Sra. EG, 2020).

Verificamos, no excerto acima, que, o regresso aos estudos da Sra EG não só ampliou os seus conhecimentos, como também as reflexões referentes ao mundo. Pontuamos que, foi por meio do Decreto nº 5.840/2006, que as Instituições Federais de Educação Profissional iniciaram a implantação de cursos e programas regulares do PROEJA (BRASIL, 2006).

E, para cumprir a legislação, no ano de 2006, o câmpus Rio do Sul – do Instituto Federal Catarinense (IFC) inaugurou o curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no PROEJA sob os princípios da Pedagogia da Alternância. Entretanto, segundo Marconatto, o câmpus Rio do Sul iniciou o PROEJA em 2006, com a oferta do Curso Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária, mas com uma única turma ingressante (MARCONATTO, 2009, p. 52).

Dando continuidade no relato, Sra. EG revelou que as aulas eram “misturadas”, e que não acabava uma aula e começava a outra:

Daí fomos para a escola e não estávamos entendendo nem química, nem física, nem biologia, nem matemática e que isso tudo eu achava horrível. Até uma professora perguntar se eu criava galinha... “crio” “bota para chocar?” “boto” “vira pintinho?” “vira” “vira galinha?” “vira” “É tu que trata?” “sim”, “então tu fazes química, física, biologia e matemática na prática...” “faz bolo?” “eu faço” “Faz pão?” “faço” “então, é a química... junto com a matemática, e tal e tal... daí eu comecei a entender...” gente... é verdade, e tão importante!!!” até chegar esse momento eu não tinha valorizado tanto a escola!!!...”. (Sra. EG, 2020).

Percebemos, nas palavras da Sra. EG, uma mudança significativa no comportamento, após entender que já possuía noção e um saber prático das disciplinas que a intimidavam na infância e adolescência e que o curso do PROEJA, com seu currículo diferenciado, agregou mais robustez ao seu conhecimento. Freire nos ensinou que o ser humano precisa se sentir no e com o mundo, e isso significa também que o aluno precisa se sentir na e com a instituição de ensino em que se encontra. Para Giddens (2003), todos os seres humanos são altamente “instruídos” em relação aos conhecimentos que já possuem, e esses são, em sua maioria, de caráter mais prático que teórico. Assim, aplicam esses mesmos conhecimentos na produção e reprodução de encontros sociais cotidianos.

Logo após o ingresso no curso PROEJA, a Sra. EG e seu companheiro se depararam com diversas dificuldades para seguir no curso, assim como a estadia para frequentar as aulas durante a semana da alternância e a lida diária na propriedade. Porém, por indicação de um professor do PROEJA, a Sra. EG e seu companheiro foram procurados por um jornalista do MEC, e aproveitaram para mencionar as dificuldades financeiras para dar seguimento ao curso:

Daí a gente deu uma entrevista para um jornalista do MEC e foi por telefone. E daí veio alguém tirar foto aqui da gente e do sítio, saíram fotos e entrevista em uma página da revista lá do MEC, jornal do MEC. Era um jornal que circulava em todo país tal. Aí depois disso a gente foi levado em Brasília, daí a gente não sabia o que que ia fazer lá. No meio desse caminho todo né, desse movimento todo...a gente foi levado à Brasília. (Sra. EG, 2020).

A Sra. EG., em nossa conversa, não lembrou a data específica da entrevista e nem o jornal. Mas relatou que o convite para ir a Brasília tinha por objetivo relatar o programa PROEJA: “[...] e no outro dia fomos convidados para ficar junto com os diretores com uma palestra [...]” (Sra. EG, 2020). Na palestra discorreram sobre muitos assuntos, inclusive sobre a falta de recursos para os alunos do programa:

Mas no caso de nós agricultores e a pequena agricultura, eu pergunto: Como seria? Como um pobre vai tirar de um miserável? Como de que formas? Entende? E nem tô só falando de pobre e de dinheiro tô falando do saber também, do entender do saber. E eles falaram que iam mudar isso...e mudaram realmente. [...] Eles não cobraram mais a estadia na escola [...]os que estavam no proeja ganharam um dinheirinho para ir e vir. Uma ajuda de custo para combustível. (Sra. EG, 2020).

Entendemos, na narrativa da Sra. EG, que o recurso do governo ajudou os alunos do PROEJA do câmpus Rio do Sul a seguirem no curso, entretanto, verificando os documentos não visualizamos a data específica e os valores do recurso repassado aos discentes.

Os relatos da Sra. EG são repletos de aspectos de superação em relação ao que era senso comum e que, após um processo de crítica, tornou-se conhecimento científico. Segundo Freire (1967), o homem é da integração e a sua luta é superar os fatores que o fazem acomodado. “É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga, quase sempre até sendo feita- e isso é o mais doloroso em nome de sua libertação” (FREIRE, 1967, p. 42). Na escola, essa é uma luta que precisa ocorrer com todos os sujeitos: professores, estudantes e famílias.

Ficou evidente, na fala da Sra. EG, a importância das políticas públicas direcionadas àqueles que foram, de certa forma, excluídos da escola, assim como a participação e atuação contínua da Sra. EG e de seu companheiro nas ações sociais da comunidade onde residem. Isso, para o sociólogo Pierre Bourdieu, se traduz como a incorporação de capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos) como também do capital social (relações sociais capitalizadas):

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações...” e continua: “a rede de

relações não é um dado natural, nem mesmo um "dado social" [...], mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos (BOURDIEU, 1998, p. 68).

Assim, para Bourdieu (1998), essa rede de ligações é um investimento social, consciente ou não, que transforma as relações de vizinhança, de trabalho ou até mesmo de parentesco, relações essas que são necessárias e que implicam obrigações duráveis subjetivas, assim como sentimentos de reconhecimento, de respeito e amizade ou de obrigações garantidas (direitos). Assim como narrou a Sra. EG:

E fiquei corajosa e fui atrás de uma lei 16.971 de 26 de junho de 2016. Ela é a lei do micro produtor primário porque a gente queria poder fazer a nota de agricultor sem contra nota. Então a gente foi várias vezes e nada. Nesse meio tempo, veio o globo repórter aqui. Por que o globo repórter veio aqui? Porque a gente já tinha feito um trabalho de resgate da cultura local feito um pequeno trabalho já e andado aí em 16 municípios...e o que que aconteceu...e a gente descobriu muitas coisas e junto dela as receitas: uma do pão de fubá, cará e batata doce que é o pão da minha infância que não ia fermento, não ia açúcar, não ia sal... fazemos esses pães aqui. O fubá também a gente mói aqui, produz o nosso próprio fubá e aí o "Kochkase", né? Minha mãe era índia, mas foi adotada por alemães. Então a comida alemã fez parte da nossa vida. E meu pai era de origem polonesa, os pais dele tinham vindo da Polônia quando crianças. Então a gente queria da nota sem dar a contranota..., mas não era possível até então que veio o globo repórter por causa do "Kochkase" e das receitas, e também por causa de um documentário que foi feito pela assembleia legislativa (Sra. EG, 2020).

Repleta de muito orgulho, a Sra. EG relatou o resgate das receitas de família e como isso foi inserido no turismo rural local. Em nossa conversa, relatou e descreveu as melhorias adquiridas para a comunidade em que reside no Alto Vale do Itajaí:

Hoje, essa lei beneficia mais de 260.000 famílias do Estado de Santa Catarina, dos negros, dos quilombolas, dos índios, das ribeirinhas, dos pequenos pescadores e dos pequenos agricultores...Quem foi nosso parceiro na lei também foi o pessoal da secretaria de estado da fazenda. Foi descrita a lei e eles chamavam a gente para ir mais o secretário regional da fazenda e o secretário da fazenda, nós pedimos 60% de isenção de imposto e acabamos ganhando 120.000 por ano de isenção, uma parte bem importante... tá ajudando no turismo rural, na agricultura familiar, que é o que fizemos hoje... A acolhida na colônia é um projeto francês que está no Brasil há 20 anos. Foi lançado um livro da acolhida aqui no Brasil e foi através desse projeto que a gente também foi à França conhecer e receber os franceses aqui muitas vezes. Sempre recebemos estrangeiros e temos contato e divulgação em 32 países" (Sra. EG, 2020).

Percebemos, na fala da egressa, muita coragem e persistência em buscar legislações que amparassem o turismo local, beneficiando quilombolas, indígenas, pequenos pescadores e a agricultura familiar, gerando renda e qualidade de vida para toda a sua comunidade. Assim como afirmava Freire (1987), o mais importante ao ajudar o homem é ajudá-lo a ajudar-se, a tonar-se crítico. “É fazê-lo agente de sua própria recuperação. É, repitamos, pô-lo numa postura conscientemente crítica diante de seus problemas” (FREIRE, 1987, p. 56).

Ainda te digo mais, aquela velha história, você pega um ignorante velho e ensina ele a ler e diz que o mundo, por aquela porta, ele pode passar ... vou me emocionar... foi o que aconteceu comigo... foi uma parte difícil? Foi! Mas eu vi uma porta aberta... Então assim, essas coisas foram acontecendo e que o universo conspirou muito a nosso favor né? a gente tem seguidores da gente, tem aqueles que nos aplaudiram, tem aqueles que nos seguiram, tem aqueles que hoje se espelham em alguma coisa, outras mulheres que foram estudar, se a “fulana” [nome da entrevistada ocultado] foi depois de velha eu também posso ir... já se formou, já é professora, e não vai parar de estudar nunca... a gente ficou um pouco mais corajoso, mais audacioso... (Sra. EG, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as narrativas da Sra. EG sobre sua trajetória de vida, podemos concluir que a aplicabilidade das políticas públicas voltadas para todos e todas que foram excluídos do sistema escolar são de extrema importância. Além disso, a retomada dos estudos na fase madura dos estudantes da educação de jovens e adultos proporciona a retomada de sonhos que foram guardados e esquecidos por anos.

Em contrapartida, também se faz necessária uma formação docente para atuar na EJA – EPT, assim como defendeu Moura (2006, p. 64): “não havia (e ainda não há), na Rede Federal de EPT, um corpo de professores formado para atuar no campo específico da Educação de Jovens e Adultos”.

Inserido nesse contexto, vale ressaltar que os saberes existentes no aluno jovem e no adulto necessitam de estímulos dos docentes para o efetivo aprendizado. Freire (1987) mencionava que toda a compreensão de algo corresponde a uma ação, à natureza da ação corresponde a natureza da compreensão e, se a compreensão é crítica, a ação também será.

Evidenciamos, por meio do relato da egressa, a Sra. EG, que o curso na modalidade da EJA – EPT foi essencial para a mudança na trajetória de sua vida, assim como ela mencionou: “Mas eu vi uma porta aberta ...” (Sra. EG., 2020). Ao mesmo tempo, entristece-

nos o fato de que o curso ofertado pelo câmpus Rio do Sul do IFC não teve uma continuidade, tendo havido uma única turma do curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária integrado ao Ensino Médio na modalidade PROEJA, sob os princípios da Pedagogia da Alternância.

Finalizamos corroborando com Moura (2006), ao afirmar que os cursos da EJA – EPT precisam ser criados, ampliados e dirigidos para o público jovem e adulto, a fim de formar cidadãos aptos a compreender tanto a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho quanto para nela se inserir, atuando de forma ética, competente e politicamente, contribuindo para a transformação da sociedade e do coletivo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Tradução: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Tradução: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BOURDIEU, P. **Miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1993.

BRASIL. **Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993**. Dispõe sobre a criação de escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8670.htm. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e

tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5478-24-junho-2005-537577-norma-pe.html>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Brasília, DF: CNE, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Brasília, DF: CNE, 2000. Acesso em: 16 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução: Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. *Campus Rio do Sul*. **Histórico do Campus**. Disponível em: <http://www.ifc-riodosul.edu.br/site/historico-do-campus/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MARCONATTO, Lauri João. **Evasão escolar no curso Técnico Agrícola na Modalidade de EJA da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul-SC**. 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes Escola Fazenda. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/escola-fazenda/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOURA, Dante. Henrique. EJA: formação técnica integrada ao ensino médio. *In*: BRASIL. **EJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília, DF: Secretaria de Educação a Distância, 2006. p. 3-23. (Boletim - Salto para o futuro, n. 16).